

Reforma sai quando mandato for definido

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Foi por cautela que o presidente José Sarney não reformou o Ministério logo depois da aprovação dos cinco anos de mandato para os presidentes da República, pela Assembleia Nacional Constituinte. Segundo comentou com um parlamentar de sua intimidade, "seguro morreu de velho". Achou melhor aguardar a votação das disposições transitórias, quando o tema retornará, agora especificamente ligado ao seu mandato, para em seguida promover alterações em sua equipe de auxiliares. Sarney não duvida da tendência constituinte, favorável a estabelecer cinco anos para o seu período de governo, ou até a deixar o tema de lado, o que abriria a hipótese de seu mandato ser mantido em seis anos. Apesar disso, não quis avançar nenhuma peça de importância no tabuleiro administrativo. Ainda que surpresas não estejam na previsão dos observadores palacianos, ninguém garante que setores mais recalcitrantes não venham, outra vez, tentar a realização de eleições presidenciais este ano, ou seja, em determinar-lhe apenas quatro anos.

Uma vez superado esse último obstáculo à sua continuação no poder até março de 1990, pelo menos, o presidente dedicará-se à reforma do Ministério. Tem-se fechado em copas, mesmo diante de seus amigos mais chegados, mas, aqui e ali, deixa escapar alguma indicação. A premissa de seu raciocínio está em que, agora, pela primeira vez desde que assumiu, poderá sentir-se livre. Porque de março de 1985 até hoje, ou melhor, até que as disposições transitórias sejam votadas, encontra-se como prisioneiro dos constituintes. Seus atos políticos e administrativos corriam o risco de uma represália, isto é, desagradando deputados e senadores, determinariam a sua reação, que poderia ser o encurtamento de seu período de governo.

A partir daí — são ainda informações de pessoas a ele ligadas — estaria disposto a uma alteração de vulto. Ampla, como nunca promoveu nas duas reformas anteriores. Seu verdadeiro governo começaria agora, havendo tempo, ainda, para um trabalho de recuperação nacional. Este, porém, só se completaria com a unidade ministerial. E com a escolha de novos ministros por critérios menos políticos e mais ligados à eficiência e ao acoplamento de um plano econômico específico — de sacrifícios, impopular até, mas capaz de ser levado à opinião pública como a única solução para o País.

Entre os que privam de maior intimidade com o presidente, há quem suponha, em função dessas preliminares, uma autêntica implosão no atual Ministério. Não sairiam, é claro, determinados ministros-chave, como os que comandam a economia e, possivelmente, os militares, além de um ou outro daqueles que têm demonstrado grande eficiência política, como Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana,

por exemplo. Todos os demais estariam sujeitos ao bilhete azul. De forma amena, no que for possível, em função dos novos tempos e de outras formulações políticas.

Haverá, é certo, representatividade partidária no novo Ministério. O bloco de apoio ao Palácio do Planalto não deixará de estar representado. Mas a linha central a pautar as escolhas será a da eficiência administrativa e do alinhamento completo às novas diretrizes. Se alguém imaginar tornar-se ministro para galgar postos elevados ou adquirir popularidade, será melhor desistir.

Todas essas perorações já foram ouvidas mais de uma vez, e até hoje não se realizaram. Motivos variados determinaram que as duas reformas ministeriais, senão malogradas, pelo menos se tenham mostrado aquém das expectativas e dos anúncios anteriores. É verdade que, em nenhuma delas, Sarney sentiu-se completamente livre, como parece em vias de sentir-se agora, depois que forem votadas as disposições transitórias da nova Constituição. Há, no Congresso, quem acredite pouco nessa liberdade a ser adquirida pelo presidente. Afinal, ele ainda dependerá dos partidos, especialmente do PMDB e do PFL, para manter o instável equilíbrio político de sua administração. Os dois partidos estão divididos em grupos que pretendem apoia-lo, majoritários, e grupos dispostos até a mudar de legenda, caso o rompimento não se realize, como não deverá realizar-se.

Um problema concreto, por exemplo: se Sarney vier a dispensar os ministros mais de perto ligados a Ulysses Guimarães, como reagirá o presidente do PMDB? A convenção nacional do partido está marcada para 4 de junho, data em que, provavelmente, a nova Constituição não estará ainda promulgada. Mas se sentir que Renato Archer, Celso Furtado e Luis Henrique não continuarão no Ministério, quem garante que o parlamentar paulista não venha a encontrar fórmulas capazes de adiar a decisão maior de seu partido, sobre continuar apoiando ou romper com o governo?

Ulysses não é político de aferir-se a interesses pessoais, defendeu os cinco anos de mandato e, ainda hoje, é dos que imaginam o PMDB dando sustentação ao governo. Seria pior se o seu partido enveredasse para a oposição. Provocado, porém, seria capaz de demonstrar que é humano. Ficaria agastado e, quem sabe, não estimularia seus companheiros ao rompimento? No PFL, a mesma coisa. Apesar de serem majoritários, os segmentos inclinados pelo apoio ao governo pretendem a recíproca. Serem apoiados e estimulados pelo governo. Uma reforma que alijasse a representatividade liberal deixaria seqüelas. Por tudo isso, a questão ainda é apresentada aberta, como nos jogos de roleta: pode dar preto, mas, também, pode dar vermelho...

C.C.